

Diana Tavares da Silva – *Algumas considerações sobre pátria e patriotismo no triénio liberal português – o caso do Patriota Portuense (1821)*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 13 n° 2. 2023. 137-163. DOI: [https://doi.org/10.21747/0871164X/hist13\\_2a7](https://doi.org/10.21747/0871164X/hist13_2a7)

**Algumas considerações sobre pátria e patriotismo no triénio liberal português – o caso do Patriota Portuense (1821)**

**Some considerations on homeland and patriotism in the portuguese liberal triennium – the case of Patriota Portuense (1821)**

**Quelques considérations sur la patrie et le patriotisme dans le triennat libéral portugais – le cas de Patriota Portuense (1821)**

**Algunas consideraciones sobre patria y patriotismo en el triénio liberal português – el caso del Patriota Portuense (1821)**

Diana Tavares da Silva  
FLUP  
dianasofsilva@gmail.com

**Resumo:** Neste artigo pretende-se apresentar algumas considerações (mais do que explicações) acerca do campo de significados que os vocábulos pátria e patriotismo em Portugal no rescaldo da Revolução Liberal de 1820. Para tal, utilizaremos como referência um periódico denominado *Patriota Portuense*, publicado entre janeiro e dezembro de 1821 no Porto. O artigo divide-se em duas partes fundamentais. Na primeira, procuraremos perceber como os conceitos de pátria e patriotismo ganharam popularidade nos meios cultos e politizados da Europa das Luzes, sobretudo em Espanha, França e Inglaterra. Escolhemos estes países pela sua preponderância na experiência do primeiro liberalismo português e nas interpretações dos conceitos em análise, no caso dos últimos dois até pela vivência e aprendizagem que o exílio proporcionará. Na segunda, focar-nos-emos no sentido revolucionário que, com o pronunciamento militar de 1820, em Portugal, estes termos passam definitivamente a enunciar através do *Patriota Portuense*. Por considerarmos os jornais instrumentos de análise fulcrais para a história concetual, tentaremos ver, num contexto político instável, que significados foram atribuídos por este jornal aos vocábulos em questão.

**Palavras-chave:** Liberalismo; Imprensa; Pátria; Patriotismo; Revolução Liberal

**Abstract:** In this article we intend to present some considerations (more than explanations) about the field of meanings of the words homeland and patriotism in Portugal in the aftermath of the Liberal Revolution of 1820. To this end, we will use as a reference a periodical called *Patriota Portuense*, published between January and December 1821 in Porto. The article is divided into two fundamental parts. Firstly, we will try to understand how the concepts of homeland and patriotism gained popularity in the educated and politicized circles of Enlightened Europe, especially in Spain, France and England. We chose these countries because of their preponderance in the experience of the first Portuguese liberalism and in the interpretations of the concepts under analysis, in the case of the last two even because of the experience and learning that exile will provide. In the second, we will focus on the revolutionary meaning that, with the military pronouncement of 1820, in Portugal, these terms definitively began to be enunciated through the *Patriota Portuense*. As we consider newspapers to be key analytical instruments for conceptual history, we will try to see, in an unstable political context, what meanings were attributed by this periodical to words and how it tried to act on reality.

**Keywords:** Liberalism; Press; Homeland; Patriotism; Liberal Revolution

Diana Tavares da Silva – *Algumas considerações sobre pátria e patriotismo no triénio liberal português – o caso do Patriota Portuense (1821)*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 13 n° 2. 2023. 137-163. DOI: [https://doi.org/10.21747/0871164X/hist13\\_2a7](https://doi.org/10.21747/0871164X/hist13_2a7)

**Résumé:** Dans cet article, nous avons l'intention de présenter quelques considérations (plus que des explications) sur le domaine des significations des mots patrie et patriotisme au Portugal au lendemain de la révolution libérale de 1820. À cette fin, nous utiliserons comme référence un périodique intitulé *Patriota Portuense*, publiée entre janvier et décembre 1821 à Porto. L'article est divisé en deux parties fondamentales. Premièrement, nous tenterons de comprendre comment les concepts de patrie et de patriotisme ont gagné en popularité dans les cercles instruits et politisés de l'Europe des lumières, notamment en Espagne, en France et en Angleterre. Nous avons choisi ces pays en raison de leur prépondérance dans l'expérience du premier libéralisme portugais et dans les interprétations des concepts analysés, dans le cas des deux derniers même en raison de l'expérience et de l'apprentissage que l'exil apportera. Dans la seconde, nous nous concentrerons sur le sens révolutionnaire que, avec la déclaration militaire de 1820, au Portugal, ces termes ont définitivement commencé à être énoncés à travers le *Patriota Portuense*. Considérant les journaux comme des instruments d'analyse clés de l'histoire conceptuelle, nous tenterons de voir, dans un contexte politique instable, quelles significations ont été attribuées par ce journal aux mots et comment il a agi sur la réalité.

**Mots-clés:** Libéralisme; Presse; Patrie; Patriotisme; Révolution Libérale

**Resumen:** En este artículo pretendemos presentar algunas consideraciones (más que explicaciones) sobre el campo de significados de las palabras patria y patriotismo en Portugal después de la Revolución Liberal de 1820. Para ello, utilizaremos como referencia un periódico llamado *Patriota Portuense*, publicado entre enero y diciembre de 1821 en Porto. El artículo se divide en dos partes fundamentales. En primer lugar, intentaremos comprender cómo los conceptos de patria y patriotismo ganaron popularidad en los círculos educados y politizados de la Europa ilustrada, especialmente en España, Francia e Inglaterra. Elegimos estos países por su preponderancia en la experiencia del primer liberalismo portugués y en las interpretaciones de los conceptos analizados, en el caso de los dos últimos incluso por la experiencia y el aprendizaje que proporcionará a los portugueses el exilio. En el segundo, nos centraremos en el significado revolucionario que, con el pronunciamiento militar de 1820, en Portugal, estos términos comenzaron a enunciar definitivamente a través del *Patriota Portuense*. Como consideramos que los periódicos son instrumentos analíticos clave para la historia conceptual, intentaremos ver, en un contexto político inestable, qué significados atribuyó este periódico a las palabras y cómo intentó actuar sobre la realidad.

**Palabras-clave:** Liberalismo; Prensa; Patria; Patriotismo; Revolución Liberal

## Introdução

Conhecer a linguagem de uma determinada época é fundamental não só para perceber como a realidade era percebida pelos agentes históricos, como para entender de que maneira as palavras agiram sobre essa mesma realidade, modificando-a. Os homens servem-se da linguagem para mover-se no espaço público, para observar, integrar experiências, recordar e desejar e, portanto, para pensar e atuar sobre ele (Koselleck, 2004: 29). Nesse sentido, como afirma Reinhart Koselleck, “todo lenguaje es a la vez

Diana Tavares da Silva – *Algumas considerações sobre pátria e patriotismo no triénio liberal português – o caso do Patriota Portuense (1821)*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 13 n° 2. 2023. 137-163. DOI: [https://doi.org/10.21747/0871164X/hist13\\_2a7](https://doi.org/10.21747/0871164X/hist13_2a7)

activo e receptivo” (Koselleck, 2004: 30) porque para além da sua função de registar e fixar o que sucede, interfere diretamente na própria dinâmica dos acontecimentos.

O homem sendo simultaneamente um animal linguístico e histórico, deve ser estudado tendo em conta ambas as dimensões e evitar-se o erro de separar história factual de história concetual (Fernández Sebastián & Francisco Fuentes, 2004: 12). Na tentativa de analisar como é que os discursos interagem com os contextos históricos é preciso, porém, ter presente a ideia de que a recuperação de um verdadeiro significado de cada conceito não é senão uma ilusão já que, tal como no presente, o que existe é uma série de aceções, por vezes pouco claras e até contraditórias que respondem à conjuntura política, social, económica e cultural de uma época, que galvanizam o espaço público e procuram dominá-lo. Quentin Skinner afirma que é necessário afastar a armadilha da “ideia unitária” que surge num período circunscrito e com um campo de significado coerente, como se se tratasse de um sistema fechado (Skinner, 2005: 97). A história concetual deve, antes, chamar a atenção para a polissemia dos termos, colocando-os em diálogo com os homens e contextos de que são produto, bem como atender às formas de vida das sociedades, aos jogos de linguagem e à evolução semântica que o desenrolar dos acontecimentos políticos e sociais obriga (Skinner, 2005: 145).

Neste quadro, é especialmente relevante perceber também o carácter transnacional dos próprios conceitos, sobretudo dos conceitos políticos, que conhecendo grande divulgação influenciaram de forma transversal o léxico político moderno de vários países europeus. Há, por isso, entre eles, uma história comum, de confluência de significados. Apesar disso, são sempre conceitos voláteis, interpretados à luz do momento histórico que cada país vive e, por isso, das suas próprias especificidades.

A evolução de um conceito será, por sua vez, tanto mais evidente quanto mais drástico se revelar o curso dos acontecimentos. No entanto, é preciso ressaltar que ao analisarmos um longo período, raramente verificaremos que o sentido das palavras tem exata correspondência com as circunstâncias desse tempo, isto porque o ritmo e a forma de mudança a que cada um está sujeito são de facto muito diferentes (Koselleck, 2004: 31). Não existe uma relação de perfeita coincidência entre o significado das palavras e o que está a acontecer num determinado momento, são dois planos que, apesar de conectados, são transformados de maneiras distintas. É da consciência dessa descontinuidade entre a realidade histórica e a linguagem usada para representá-la, que

Diana Tavares da Silva – *Algumas considerações sobre pátria e patriotismo no triénio liberal português – o caso do Patriota Portuense (1821)*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 13 nº 2. 2023. 137-163. DOI: [https://doi.org/10.21747/0871164X/hist13\\_2a7](https://doi.org/10.21747/0871164X/hist13_2a7)

nasce a história crítica e concetual (Fernández Sebastián & Francisco Fuentes, 2004: 12-13).

Entre meados do século XVIII e inícios do século XIX, a Europa vive um momento de profunda renovação dos discursos, práticas e instituições. Falamos do período que vai da afirmação do movimento iluminista ao despontar das primeiras revoluções liberais em que o número de novos conceitos aumentou expressivamente com manifestas implicações na realidade social. Estes novos conceitos, também conhecidos como “conceptos de movimiento y acción” possuíam vários níveis de significado, ainda que, como teremos oportunidade de ver, na maioria das vezes, se mantivessem muito tempo inalterados do ponto de vista da sua dicionarização (Koselleck, 2004: 38-40). Não obstante, a prova da ingerência desses novos conceitos no seio das sociedades europeias de Setecentos e Oitocentos é a criação e utilização de um vasto vocabulário deles derivado, que passa a ser discutido de forma recorrente e consistente (Skinner, 2005: 223). Deste conjunto de termos emergentes, destacam-se aqueles com sufixo – ismo, tais como republicanismo, liberalismo ou patriotismo (Koselleck, 2004: 38). É precisamente sobre este último que nos deteremos no presente artigo.

Tendo em conta as ressalvas feitas, pretende-se apresentar algumas considerações (mais do que explicações) acerca do campo de significados que os vocábulos pátria e patriotismo enunciam em Portugal no rescaldo da Revolução Liberal de 1820. Para tal, utilizaremos como referência principal um periódico denominado *Patriota Portuense*, publicado entre janeiro e dezembro de 1821 na cidade do Porto.

O artigo dividir-se-á em duas partes fundamentais. Num primeiro momento, procuraremos perceber como estes conceitos foram ganhando popularidade nos meios cultos e politizados da Europa das Luzes, proliferando na obra de numerosos autores, sobretudo a partir da Revolução Francesa (1789). Deste modo, olharemos com especial atenção para os casos de Espanha, França e Inglaterra, os países que mais influenciarão a experiência do primeiro liberalismo português e as várias interpretações dos conceitos em estudo, no caso dos últimos dois até pela vivência e aprendizagem que o exílio proporcionará aos portugueses que aí se refugiaram. Antes disso, porém, é essencial referir um momento que também não é particular da História de Portugal de início de Oitocentos, que são as invasões napoleónicas e que foi determinante na reelaboração dos significados de pátria, patriota e patriotismo.

Diana Tavares da Silva – *Algumas considerações sobre pátria e patriotismo no triénio liberal português – o caso do Patriota Portuense (1821)*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 13 n° 2. 2023. 137-163. DOI: [https://doi.org/10.21747/0871164X/hist13\\_2a7](https://doi.org/10.21747/0871164X/hist13_2a7)

Na segunda parte, focar-nos-emos no sentido revolucionário que, com o pronunciamento militar de 1820, estes termos passam definitivamente a enunciar. Para isso, será necessário abordar o entendimento que os homens de então faziam da pátria (influenciados pela retórica jacobina) e como é que o constitucionalismo monárquico, transformando o patriotismo em divisa da causa liberal, dele se apropriou para cultivar nos homens o amor e a obediência às novas instituições. Pátria comum e patriotismo cívico serão dois dos conceitos-chave para entender esta parte. O jornal *Patriota Portuense* terá nessa tarefa um papel crucial. É sabido que com a Revolução Liberal o movimento jornalístico conhece um forte incremento, multiplicando-se o número de periódicos, opúsculos, folhetos, etc., bem como de leitores. Estima-se que em 1821, “ano áureo do nosso periodismo” (Tengarrinha, 1989: 131), se tenham fundado cerca de 39 jornais. É também sabido que estes acompanhavam atenta e entusiasticamente os acontecimentos da vida política do país, desempenhando nela uma função ativa, ou seja, não apenas como caixa-de-ressonância desses mesmos acontecimentos, mas de interveniência no seu desenrolar. Consideramos, por isso, que são instrumentos de análise fulcrais para a história concetual. Longe de apenas relatarem (não esquecer que estamos perante uma imprensa de opinião que não se pretendia, como hoje se pretende, isenta ou imparcial), mas observando, (re)definindo e (re)escrevendo o que sucede, com intuito claro de mobilizar os seus leitores, influenciar a opinião pública num determinado sentido e, com isso, alterar o *status quo*, os periódicos do triénio liberal agem sobre um contexto político e social instável que exige a sua atenção e participação. Deste modo, no processo que encetam de concetualização dos acontecimentos, os jornais não são, de todo, inócuos para com eles, pelo contrário, as narrativas que produzem também constroem, abalam (e derrubam) as antigas estruturas, questionando os sentidos mais antigos dos vocábulos e estabelecendo novas correlações com a era política então inaugurada. Eles são, no fundo, também, criadores de realidade. É sob estas diretrizes que teremos em consideração as propostas e contributos do *Patriota Portuense* para a redefinição dos conceitos de pátria e patriotismo no triénio liberal português. Afinal, o que pretendiam dizer os homens quando, por esta altura, se apelidavam de “fervorosamente patriotas”?

Diana Tavares da Silva – *Algumas considerações sobre pátria e patriotismo no triênio liberal português – o caso do Patriota Portuense (1821)*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 13 n° 2. 2023. 137-163. DOI: [https://doi.org/10.21747/0871164X/hist13\\_2a7](https://doi.org/10.21747/0871164X/hist13_2a7)

### **Pátria e patriotismo – da Revolução Francesa às Revoluções liberais**

Ao longo da História, a utilização do vocábulo pátria serviu tantos propósitos que, como afirma o historiador Jean-René Suratteau, seria necessário dedicar-lhe um dicionário inteiro (Fernández Sebastián & Francisco Fuentes, 2002: 882). Recuando a Homero, período em que os historiadores costumam situar a proveniência da palavra, tal como dos respetivos derivados, *patris* tinha como significado literal “terra dos pais” e patenteava, por um lado, um vínculo a uma determinada geografia – o lugar de nascimento – e, por outro, uma adesão a um corpo de homens – a comunidade – com quem supunha partilhar uma herança e um destino comum (Catroga, 2008: 9).

A questão da territorialização, da fidelidade a um espaço físico, é particularmente interessante, uma vez que é sabido que o afeiçoamento à pátria tem sobrevivido independentemente da expulsão dos homens do território (através de fenómenos como a emigração, o exílio, etc.) ou mesmo da sua dissolução. Mais do que a configuração territorial, o que parece dar aos homens a sensação de pertença e favorecer a interiorização de sentimentos pátrios é a construção em seu torno de uma memória, de mitos e narrativas identitárias, de uma transmissibilidade de deveres e de um destino comum. A população é, neste quadro, entendida como uma comunidade fraternal, isto é, um conjunto de irmãos (patrícios ou compatriotas), os filhos da pátria. Nela devem reconhecer “a origem de todas as origens” e defendê-la (sacrificando inclusive, se assim preciso fosse, a própria vida). Essa relação umbilical dos homens com a pátria traduz-se numa linguagem lírica e emocionada que funciona precisamente como um apelo irresistível à mobilização da população em favor dela (Catroga, 2008: 20-21). O amor da pátria, o patriotismo, era tido como a virtude basilar e encerrava sempre um sentido de dever e compromisso (Gil Pujol, 2004: 41).

Além da conotação afetiva motivada por laços de pertença, a pátria tinha também um inegável valor político e jurídico porque pretendia inculcar nas comunidades o reconhecimento e respeito pelas decisões do grupo. Este entendimento, que demarcava um novo tipo de devoção através da adesão voluntária à lei – e que seria realizável sob a forma de monarquia, aristocracia ou democracia (Catroga, 2008: 12) – é indispensável para entender, séculos depois, a argumentação (ainda que atualizada) que fundamenta o estabelecimento das monarquias constitucionais e o conceito de “pátria cívica”. É

Diana Tavares da Silva – *Algumas considerações sobre pátria e patriotismo no triénio liberal português – o caso do Patriota Portuense (1821)*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 13 n° 2. 2023. 137-163. DOI: [https://doi.org/10.21747/0871164X/hist13\\_2a7](https://doi.org/10.21747/0871164X/hist13_2a7)

principalmente Cícero quem sistematiza estas ideias, defendendo que o amor da pátria significava, antes de mais, o amor pela *res publica*. Os homens abdicariam das suas ambições pessoais, colocando acima delas o interesse da comunidade, para que pudessem fruir de forma duradoura e consistente dos seus próprios direitos no seio dela. De feição diferente daquele que derivava da natureza, este afeto pátrio, mais abstrato, teria de ser cultivado com afinco no coração dos homens para que também por ele (contra a tirania e possíveis usurpações) estivessem dispostos a morrer (Catroga, 2008: 12-17).

Com o decorrer do tempo, o plano jurídico de afetividade pátria foi ganhando terreno em relação ao ditado pela geografia já que era este que respondia com maior eficácia aos desafios, exigências e responsabilidades anunciadas pela modernidade, nomeadamente face ao processo de conquista de liberdades e garantias fundamentais e a todas as viragens políticas, culturais e sociais que daí decorreram. O século XVIII é, nesse sentido, o século em que os vocábulos pátria, patriota e patriotismo são sujeitos a uma reformulação semântica, passam a incorporar novos significados e invadem o vocabulário político da época. Inglaterra, França, Espanha e Portugal, mas também Itália e Grécia, a diferentes ritmos e sob diferentes circunstâncias, são exemplos do fulgor com que os termos foram empregues e discutidos. Países estes que, em nome da liberdade e da independência, desencadearam, a partir dos anos 20 do século XIX, movimentos revolucionários de libertação face a diversos opressores. Os gregos contra os turcos; os italianos contra os austríacos e os napolitanos, os piemonteses, os espanhóis e os portugueses contra as monarquias absolutas. Estas iniciativas foram naturalmente cruciais no despertar de sentimentos patrióticos, alicerçados numa nova interpretação da liberdade e num novo ideal de cidadania. Em causa estava a esperança de instauração do liberalismo e do constitucionalismo (Vargues, 1996: 412).

O *patriotism* inglês e o *patriotisme* francês, impregnados de interpretações políticas radicais, tiveram, porém, sobre os restantes a maior preponderância.

No caso de Inglaterra, tida como precursora na revivescência da linguagem do patriotismo (Fernández Sebastián & Francisco Fuentes, 2002: 513) que aí se vulgarizou a partir do final de Seiscentos no período das lutas constitucionais da *Glorious Revolution* (1688) e ganhou destaque com as ideias da famosa obra de Henrique IV (também conhecido como Henry Bolingbroke) de 1738, *The Idea of a Patriotic King*, o termo foi pouco a pouco identificado com uma retórica de oposição, com um marcado carácter

Diana Tavares da Silva – *Algumas considerações sobre pátria e patriotismo no triénio liberal português – o caso do Patriota Portuense (1821)*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 13 n° 2. 2023. 137-163. DOI: [https://doi.org/10.21747/0871164X/hist13\\_2a7](https://doi.org/10.21747/0871164X/hist13_2a7)

reformista e invocado para defender “les libertés et les droits des sujets contre la tyrannie et le pouvoir arbitraire de la couronne” (Morieux, 2005: 46). Até então, reportava-se apenas, essencialmente, ao amor da pátria e, na senda de Cícero, à exigência de por ela abdicar dos interesses pessoais em prol do bem-comum. Mesmo assim, e, não obstante a sua radicalização, vai continuar a ser utilizado por diferentes fações políticas. Aliás, a sua polissemia é de tal forma significativa que dele podiam apropriar-se ao mesmo tempo duas tendências políticas opostas, radical e conservadora. Se a primeira defendia que patriotismo não era senão o amor da pátria e que o patriotismo revolucionário era “the last refuge of a scoundrel”, a segunda afirmava que era o “amour de la liberté et de la réforme” (Morieux, 2005: 47). Sob estas interpretações escondiam-se duas visões diferentes da sociedade, das instituições e do próprio poder que não eram, como veremos, de todo excecionais da realidade inglesa.

Apesar da precocidade britânica, de onde terá irradiado, o caso francês é o mais paradigmático na viragem linguística do patriotismo e o que mais influenciaria o sentido revolucionário dos vocábulos. Com a Revolução Francesa, que empunhou ideias de resistência, os sentimentos patrióticos invadem o pensamento e as obras de vários autores célebres, os círculos de sociabilidade política e a elite culta da época. Estabelecendo uma cisão clara entre antigos e modernos e deixando definitivamente para trás uma visão estanque do conceito, patriotismo mistura-se a partir de então com o próprio significado da Revolução e a pátria designará já não apenas o lugar de nascimento, mas sobretudo o lugar onde todos os homens se realizavam mediante a participação na vida cívica e por meio da fruição de direitos e deveres inalienáveis. De facto, durante grande parte do século XVIII, tal como em Inglaterra, o conceito era usado para designar o amor da pátria e a necessidade de preterir os interesses particulares em função do bem geral, mas novas interpretações estavam em gestação pelo menos desde 1750, como o início da publicação da *Encyclopédie, ou dictionnaire raisonné des sciences, des arts et des métiers* e com a circulação de obras de cariz publicista (Catroga, 2008: 33). Vejamos.

As *Luzes* que neste século se acenderam e brilharam “sobre estilhaços dum conhecimento fragmentado” (Chaunu, 1995: 39) ofereceram possibilidades de revisão dos mais variados conceitos e os de pátria e patriotismo não foram exceção. Colocados em proximidade com os de soberania, cidadania, liberdade e felicidade (Fernández Sebastián & Francisco Fuentes, 2002: 513), receberam de autores como Montesquieu,

Diana Tavares da Silva – *Algumas considerações sobre pátria e patriotismo no triénio liberal português – o caso do Patriota Portuense (1821)*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 13 n° 2. 2023. 137-163. DOI: [https://doi.org/10.21747/0871164X/hist13\\_2a7](https://doi.org/10.21747/0871164X/hist13_2a7)

Voltaire, Jaucourt, Rousseau, Robespierre ou Saint-Just comentários alongados, nem sempre concordantes. Para Montesquieu, autor do *Espírito das Leis*, a pátria não representava só o lugar de proveniência, mas o estado livre cujas leis tinham o intuito de garantir aos homens, à família civil, o usufruto de direitos e liberdades. Por outro lado, a igualdade entre os homens deveria ser entendida, neste conceito de pátria, não como um desejo ou condição, mas como “la patrie elle-même” (Viguerie, 2021: 108). Ideias partilhadas por Voltaire que acreditava também numa pátria que oferecia aos cidadãos, por intermédio das suas leis, proteção e felicidade. Neste mesmo sentido exprime-se ainda Jacourt na *Encyclopédie ou dictionnaire raisonné des sciences...* ao afirmar que *patrie* patenteava um “sens que nous attachons à celui de nos libertés et notre bonheur”. Rousseau, por sua vez, tal como expressava em *O Contrato Social*, equiparava pátria ao Estado, afirmando que quem atacava este, infringindo as suas leis, devia ser tido como traidor e, conseqüentemente, um estrangeiro. O seu destino seria o afastamento da pátria ou mesmo a morte (Viguerie, 2021: 111).

Apesar de estarmos perante uma revolução de pendor filosófico, a pátria da Revolução Francesa (por considerar-se estar em perigo) é uma pátria armada, que precisa de ser salva dos inimigos. Aos “soldats citoyens” (Morieux, 2005: 79), homens livres que abraçavam o serviço militar, exigia-se que, se necessário, por ela dessem a vida e nesse sentido incentivavam os cantos e hinos revolucionários (Roura i Aulinas, 2008: 610-611). Atente-se que embora revestida de novos significados, pátria continua a preservar o ideal clássico de *pro patria mori*. Nesta lógica, o caso da Grécia constitui um exemplo paradigmático, já que a guerra travada contra os turcos continuará a alimentar sentimentos patrióticos baseados no “espírito guerreiro” e na “glória militar” (Ribeiro, 1991: 290). O mito do herói soldado que oferece a sua vida pela liberdade da pátria ganha aí novo folego, o que suscita a admiração dos liberais europeus (Vargues, 1996: 414).

É com Rousseau que o conceito de pátria ganha o seu sentido mais subversivo. Enquanto Voltaire, desterritorializando a pátria, afirma que esta não tem de ser necessariamente o país natal, mas onde reina a razão, Rousseau afirma que é, sim, o país natal, mas na condição de providenciar aos seus membros liberdade e felicidade. Se as instituições do país não eram capazes de o fazer, então essas instituições teriam de ser derrubadas e substituídas por meio de uma revolução (Godechot, 1971: 488). O que estava em jogo era a incompatibilidade da pátria cívica com o despotismo, “il n’est point de

Diana Tavares da Silva – *Algumas considerações sobre pátria e patriotismo no triénio liberal português – o caso do Patriota Portuense (1821)*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 13 n° 2. 2023. 137-163. DOI: [https://doi.org/10.21747/0871164X/hist13\\_2a7](https://doi.org/10.21747/0871164X/hist13_2a7)

patrie sous le joug du despotisme”. O despotismo apartava os homens dos seus direitos e liberdades fundamentais e sem estes não poderia haver pátria. Assim, tido como uma virtude política (e não moral ou religiosa) o verdadeiro patriotismo só poderia ser plenamente observado quando os homens estivessem cientes “de droits du genre humain, qu’on les respecte vis-à-vis de tout peuples du monde” e a pátria liberta do domínio do monarca déspota.

A questão da educação pública, através da qual o conjunto de crenças e práticas cívicas era sucessivamente transmitido, revelava-se fundamental. O patriotismo, segundo a óptica contratualista de Rousseau, não se gerava de forma espontânea, como resultado direto e natural do contacto com a terra natal, mas sendo adquirido, teria de ser cultivado e pensado como parte de um projeto de instrução pública nacional (Catroga, 2008: 16).

Estas ideias alcançariam a sua máxima expressão durante a Revolução Francesa na retórica jacobina e no pensamento de Robespierre. Em 1791, imbuído de uma enorme carga afetiva<sup>1</sup> (Catroga, 2008: 25), o patriotismo suplanta todas as outras virtudes (Godechot, 1971: 497) e torna-se uma das palavras-chave deste momento decisivo da história europeia. O uso e generalização dos termos pátria e patriotismo ligados à façã mais radical da Revolução fê-los convergirem, tanto em França (a partir de 1788 é o autointitulado grupo de patriotas que encabeçará o movimento) como em diversos outros países, com os de jacobinismo e revolução. O patriota era o homem “qui combat pour la liberté” e patriotismo “l’amour de la Révolution” (Godechot, 1971: 490-497). Nas últimas décadas do século XVIII, nos países varridos por eventos revolucionários de inspiração francesa, como nos países ibéricos, todos os seus partidários e simpatizantes eram, com efeito, apelidados de patriotas, jacobinos ou afrancesados (Catroga, 2008: 18).

O processo de renovação semântica em torno dos vocábulos de pátria e patriotismo em curso neste período, dada a amplitude de significados que neles podia caber, é propício a equívocos. Uma das confusões mais frequentes é a que deriva da tentativa de distinção entre pátria e nação e patriotismo e nacionalismo. Os historiadores e linguistas têm-se esforçado por sublinhar as diferenças afirmando que, na segunda metade do século XVIII, enquanto nação se reportava à dimensão humana da comunidade, isto é, a “une quantité considerable de peuple qui habite une certaine étendue de pays” (Godechot, 1971: 491 e

---

<sup>1</sup> Robespierre afirma, a propósito de patriotismo-emoção: “Le patriotisme est ardent par nature. Qui peut aimer froidement la patrie?”

Diana Tavares da Silva – *Algumas considerações sobre pátria e patriotismo no triênio liberal português – o caso do Patriota Portuense (1821)*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 13 nº 2. 2023. 137-163. DOI: [https://doi.org/10.21747/0871164X/hist13\\_2a7](https://doi.org/10.21747/0871164X/hist13_2a7)

Rocha-Trindade, 1987: 721), e que não evocava nenhum sentido revolucionário, pátria, ainda que habitada por uma comunidade humana, como conceito abstrato por natureza, aludia essencialmente ao conjunto de leis e instituições que organizava essa comunidade, estabelecia uma identidade entre o todo e as partes e gerava uma sensação de pertença entre os homens (Andrés-Gallego, 2006:124-125) recordando-os da ancestralidade dos seus laços. Como expressão desse passado comum, consideram a pátria criadora de todas as filiações étnicas e culturais e a nação “ôntica e cronologicamente posterior à pátria, tal como o mundo criado vem depois da criação” (Catroga, 2008: 21). Era também, nesta altura, um conceito imbuído de experiência revolucionária que o fazia coincidir com a apologia da liberdade e dos direitos cívicos, uma vez que ter pátria significava agora ser livre. O mesmo acontece com a distinção entre patriotismo e nacionalismo. Mesmo que, como admite o historiador Jacques Godechot, o nacionalismo tenha começado a germinar no processo revolucionário de 1789, não é razoável ser imputado à mentalidade da época. O nacionalismo, enquanto conceito com relativa estabilidade semântica surgiria apenas no período do Consulado (1799-1804) e, depois, do Império (1804-1814/15) e além de movimento político, compreende “uma ideologia, uma antropologia específica e uma doutrina acerca do Estado” (Matos, 2008: 34). Só se pode falar em nacionalismo na Europa a partir de meados do século XIX.

Posto isto, foram as ideias de pátria e patriotismo que alavancaram uma série de decisivas transformações políticas na Europa de final de Setecentos, início de Oitocentos, tais como as revoluções de cunho liberal (Catroga, 2008: 24). Antes disso, foram também determinantes a impulsionar, nos países ocupados por Napoleão Bonaparte, sentimentos de resistência e mobilização contra essa presença e a questionar a legitimidade de utilização dos próprios vocábulos. Portugal é dessa realidade exemplo.

As invasões francesas despertaram, em Portugal, uma curiosidade pelo processo político que sustentava a guerra. O contacto com outras nações como França, Espanha e Inglaterra, que a vida militar havia permitido a alguns, gerava uma necessidade de reflexão e comentário sobre a dimensão dos acontecimentos políticos a que vinham assistindo (Araújo, 2022: 101). Esses comentários revelaram-se, porém, por vezes, também contraditórios entre si. Por um lado, as ideias de liberdade e igualdade provenientes da França revolucionária atraíam os jovens portugueses alistados, por outro, um discurso de ódio antifrancês, destinado a mobilizar as populações contra as invasões

Diana Tavares da Silva – *Algumas considerações sobre pátria e patriotismo no triénio liberal português – o caso do Patriota Portuense (1821)*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 13 n° 2. 2023. 137-163. DOI: [https://doi.org/10.21747/0871164X/hist13\\_2a7](https://doi.org/10.21747/0871164X/hist13_2a7)

napoleónicas, era intensamente estimulado. Toda a propaganda que circundou a guerra contra os franceses veiculava uma ideia de fidelidade e sacrifício para com a pátria e os seus defensores passaram a ser designados em todo o lado de “pais da pátria”, “heróis da pátria”, “beneméritos da pátria”, “restauradores da pátria” ou “filhos da pátria” (Araújo, 2022: 108). Incorporava também a ideia da *patria locus*, isto é, das várias “pátrias” que um mesmo país podia compreender. Este cariz municipalista incentivava as resistências locais e episódios de anónima heroicidade. A iniciativa das gentes pegarem em armas e lutarem contra o invasor (mesmo que isso significasse perecer às suas mãos) era tida então como testemunho do mais denodado patriotismo.

No início do século XIX português, a pátria reportava-se sobretudo ao território sagrado e o patriotismo era “um nexó que ligava a consciência do indivíduo à totalidade dos seus compatriotas e à história pretérita e principalmente futura do país” (Matos, 2002: 135). Mas, como dissemos, as ideias francesas da Revolução de 1789 começavam, também em Portugal, a ganhar destaque e o conceito de pátria, contrapondo à tirania, à servidão e às usurpações de poder a defesa da lei e o ideal da pátria cívica, a redefinir-se. Essa viragem linguística, ainda que lenta e discreta, é perceptível por exemplo na dúbia utilização do vocábulo patriota. Nos países sob domínio francês, como a Suíça, a Itália, Espanha ou Portugal, patriotas podiam ser simultaneamente aqueles que simpatizavam com as ideias revolucionárias (Godechot, 1987: 497) (em Portugal e Espanha eram também apelidados de afrancesados) como aqueles que se debatiam contra elas, os contrarrevolucionários ou conservadores. Para estes, pátria, à boa maneira do Antigo Regime, era a pátria comum do rei e da Igreja, os pilares do patriotismo (Araújo, 2022: 108). Era por eles que defendiam a pátria da invasão estrangeira. Isto não quer dizer que os partidários das promessas da Revolução Francesa quisessem viver sob o jugo estrangeiro, mas que propugnavam uma libertação que não somente previa a expulsão deste como a de todos os elementos (internos) que oprimiam a pátria (Fernández Sebastián & Francisco Fuentes, 2002: 515-516).

Tratava-se, por conseguinte, de uma questão identitária muito cara para os setores mais combativos e para os círculos de poder porque, como dissemos já, demarcava acima de tudo duas visões distintas da sociedade, das instituições e do acesso (e legitimidade) ao poder. Era problemática para os setores conservadores porque os obrigava a renunciar à utilização do termo ou a reclamar a sua exclusividade através de uma declaração de

Diana Tavares da Silva – *Algumas considerações sobre pátria e patriotismo no triénio liberal português – o caso do Patriota Portuense (1821)*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 13 n° 2. 2023. 137-163. DOI: [https://doi.org/10.21747/0871164X/hist13\\_2a7](https://doi.org/10.21747/0871164X/hist13_2a7)

guerra aos “patriotas” (Roura i Aulinas, 2008: 612), mas também para estes que, identificados com o inimigo estrangeiro, eram com frequência acusados de traição à pátria. Ainda assim, consideravam o seu patriotismo superior uma vez que aspirava salvaguardar a liberdade e a soberania da nação e não apenas defender a monarquia e a religião (Fernández Sebastián, 1994: 61).

Em Portugal, a utilização do termo pátria nestas primeiras décadas do século XIX, suplanta, em número, o de nação e é considerado, além disso, mais consensual. Sérgio Campos Matos justifica essa aderência, tanto no caso das invasões francesas como da Revolução Liberal, com o facto de pátria e patriotismo aludirem no período que medeia estes dois acontecimentos a uma série de emoções mais consentâneas com os momentos (propícios a episódios de irracionalidade) em causa, “ao corresponder a um sentimento que não raro é identificado com fogo, paixão e religião” (Matos, 2011: 42). À semelhança do que afirmava Robespierre, patriotismo define-se pelo amor ardente à pátria.

Em suma, o discurso patriótico não exprimia uma realidade específica, muito menos homogénea. Os conceitos de pátria e patriotismo, em evolução em todo o período de formação do estado moderno, foram sofrendo sucessivas alterações e apropriações por parte de diversos grupos que reforçaram a sua polissemia. A velocidade a que as mudanças políticas sucediam era muito superior ao ritmo de consolidação e difusão das palavras e das ideias. Independentemente disso é possível, porém, afirmar que pelo menos desde as últimas décadas do século XVIII até ao final do XIX europeu estes conceitos remetiam para um conjunto de ideias políticas e cívicas de que as revoluções liberais foram o veículo central.

### **Algumas considerações sobre pátria e patriotismo no triénio liberal português – o caso do Patriota Portuense (1821)**

As invasões francesas funcionaram em Portugal como um catalisador na afirmação dos conceitos de pátria, patriotismo e patriota. Até à Revolução Liberal de 1820, e mesmo depois, estes vão ser usados e instrumentalizados por diversos grupos e setores ideológicos. Ainda assim, perante a ameaça externa e a possibilidade de perda da independência, momentos que acionam uma certa irracionalidade, pátria e patriotismo incorporavam a “força ardente” necessária para manter entusiasmados todos aqueles que

Diana Tavares da Silva – *Algumas considerações sobre pátria e patriotismo no triênio liberal português – o caso do Patriota Portuense (1821)*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 13 n° 2. 2023. 137-163. DOI: [https://doi.org/10.21747/0871164X/hist13\\_2a7](https://doi.org/10.21747/0871164X/hist13_2a7)

se armavam para defender o país.

Por outro lado, num período de mudança de regime, como sucedeu em 1820, de acirradas disputas políticas e de renovação das instituições e tidas como “palavras-chave na sua função de incitação à ação” (Matos, 2011: 43-45), pátria e patriotismo foram intensamente aproveitados pelos liberais para estimular a adesão ao novo corpo político. Ou seja, se entre 1807-1811, pátria e patriotismo aglutinavam sobretudo sentimentos de lealdade para com o monarca e de incitação aos levantamentos locais contra o invasor, com a Revolução de 1820 estes serão progressivamente substituídos pelos afetos à cultura política liberal, associados ao governo da cidade, à liberdade e à cidadania.

Com a Revolução de 1820 são trazidas para o espaço público, agora de forma ostensiva, as ideias da tradição romana de *patria civitatis* formuladas por Cícero e atualizadas pelo contratualismo constitucional de Rousseau e da Revolução Francesa. A tensão semântica não desaparece e coexistiriam, com frequência, sentidos mais antigos e literais com os mais recentes, mas o conjunto de significações associadas à nova ordem política hegemoniza-se (Catroga, 2008: 333). O historiador Lluís Roura i Aulinas referindo-se ao exemplo da Revolução Liberal espanhola, mas sublinhando a generalidade do fenómeno, afirma nesse sentido que se tratou de uma “apropiación o secuestro del significado” (Roura i Aulinas, 2008: 629) destes conceitos fundamentais, colocados ao serviço do processo de formação do estado moderno.

As revoluções liberais europeias do início do século XIX, norteadas por princípios como a igualdade, a liberdade individual e o primado da lei e pela rejeição da tirania e do despotismo, tinham como finalidade restaurar (Espanha), regenerar (Portugal) ou fazer ressurgir (Itália) os seus países da letargia intelectual e da decadência política. Nestes, germina um patriotismo revolucionário e constitucional de inspiração jacobina que invocava precisamente estes princípios e, a contrapor-lhe, um patriotismo antirrevolucionário que, muito ligado aos fatores de ordem geográfica e tendo como referentes principais Deus e o Príncipe, foi identificado com o absolutismo ou com o patriotismo-tipo do Antigo Regime (Roura i Aulinas, 2008: 613).

A pátria para os liberais, mais do que decorrente de um acaso geográfico, dizia respeito a um “sentimento de pertença constitucionalizado” (Bernardes, 2012: 4), isto é, a uma adesão dos cidadãos livres, unidos na fraternidade, aos valores da nova ordem política, aos direitos e deveres deles promanados e consignados na lei e na Constituição.

Diana Tavares da Silva – *Algumas considerações sobre pátria e patriotismo no triénio liberal português – o caso do Patriota Portuense (1821)*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 13 nº 2. 2023. 137-163. DOI: [https://doi.org/10.21747/0871164X/hist13\\_2a7](https://doi.org/10.21747/0871164X/hist13_2a7)

A rejeição absoluta do despotismo partia do desprezo deste para com os direitos naturais do homem, bem como para com todas as concessões que a Revolução Francesa permitira. Recuperava-se, inclusive em Portugal, a máxima de Jacourt e de outros célebres autores franceses, de que sob o jugo do despotismo não haveria pátria. O patriotismo, por sua vez, seria um patriotismo cívico e era considerado, tal como em França, o “ideal supremo que devia nortear os indivíduos” (Catroga, 2008: 26) para o bem público, auxiliá-los na governação do país e mantê-los alerta para as movimentações daqueles que procuravam reverter a situação política, considerados pelos patriotas constitucionais os verdadeiros “inimigos da pátria e apelidados de “servis” ou “falsos patriotas”.

Testemunho da forte correlação dos vocábulos pátria, patriotismo e patriota à causa liberal é, por exemplo, a quantidade de vezes que são empregues no texto constitucional de 1822, ou a intitular obras, publicações periódicas ou mesmo modelos associativos, como as sociedades patrióticas, anti-absolutistas. No caso da imprensa, estima-se que entre 1813 e 1890 ter-se-ão publicado cerca de 24 títulos com estes vocábulos (Matos, 2011: 38) e no que diz respeito a sociedades patrióticas, além de numerosas no triénio liberal, tinham como propósito declarado estimular a sociabilidade das elites liberais, defender a Constituição e velar pela sobrevivência do regime. Pátria era então sinónimo de liberdade e patriotismo de revolução e, por conseguinte, a privação da liberdade era a privação da pátria, isto é, os cidadãos eram, sob o despotismo, apátridas. Na imprensa periódica, várias vezes se afirmou que o dia 24 de agosto nos havia restituído a Liberdade e a Pátria (Verdelho, 1981: 54-55). Esta ideia, como as demais em torno destas palavras, circula com entusiasmo não só cá, mas entre os países recém-constitucionalizados. Em Espanha, popularizou-se a expressão “*Dadnos una patria!*”, antes da abertura das Cortes e da promulgação do texto constitucional e, depois disso, a expressão “*españoles, ya tenéis patria!*” (Varela Tortajada, 1994: 40 e Fuentes Aragonés, 2010: 26). Em Portugal, o mesmo sucederia. Almeida Garrett afirmara no poema *A Caverna de Viriato* (1824), referindo-se ao período que precedia a revolução, “Pátria... não temos Pátria”, para logo seguir dizer que com o triunfo do liberalismo, “Já livres já somos, / Já pátria já temos” (Catroga, 2008: 239).

Acreditando que os responsáveis pelo pronunciamento militar de 24 de agosto e aqueles que reunidos em Cortes preparavam a Constituição, haviam dado a Portugal uma pátria, os defensores do regime liberal cobriram-nos de elogios, apelidando-os de “Pais

Diana Tavares da Silva – *Algumas considerações sobre pátria e patriotismo no triénio liberal português – o caso do Patriota Portuense (1821)*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 13 nº 2. 2023. 137-163. DOI: [https://doi.org/10.21747/0871164X/hist13\\_2a7](https://doi.org/10.21747/0871164X/hist13_2a7)

da Pátria”, “Libertadores da Pátria” ou “Beneméritos da Pátria”. Ora, “Pais da Pátria” era um título atribuído, desde a Roma Antiga, aos beneméritos da república, aos seus heróis. O primeiro a recebê-lo terá sido Cícero (Verdelho, 1981: 69). Este facto é especialmente interessante se nos recordarmos que eram os mesmos epítetos que durante as invasões napoleónicas se aplicavam aos que resistiam à ameaça externa e cujas posições se situavam tantas vezes num espetro político oposto ao dos liberais.

O objetivo dos liberais com a apropriação destes vocábulos era ativar e fomentar a ligação dos indivíduos a um novo ideal de *patria communis*. Exatamente como no caso francês acreditava-se que ao contrário dos sentimentos de natureza territorial, relativamente espontâneos já que a geografia era um dado adquirido, a afeição ao regime liberal precisava de ser cuidadosamente cultivada no coração dos cidadãos, até porque mais do que nunca era destes que dependia a preservação das conquistas revolucionárias, a unidade política e a estabilidade social. Pretendia-se estabelecer uma comunidade jurídico-política assente sobre uma Constituição que seria a prova do maior patriotismo possível porque simbolizava a derrota definitiva do despotismo (Catroga, 2008: 241). Neste cenário, o monarca só era entendido como “Pai da Pátria” e a monarquia patriótica na medida em que respeitasse o pacto social e as leis da nação e não apenas por direito natural.

Em todo este quadro de profunda mudança política e social, a imprensa desempenhou papel central. A liberdade de imprensa que a instauração do Liberalismo permitiria em Portugal alterou significativamente a comercialização de periódicos. Durante o triénio liberal registou-se um aumento exponencial de jornais, alguns deles de curta duração, principalmente em Lisboa e no Porto (Tengarrinha, 2013: 320). Colocando à disposição de um público vasto diferentes perspetivas da conjuntura política, económica, social e cultural do país, os jornais transformaram-se num importante instrumento de vulgarização, mas também de fermentação de ideias. Através deles, denunciavam-se abusos e tentativas de corrupção; agressões às liberdades e garantias alcançadas; davam-se a conhecer ao governo as necessidades e expectativas dos cidadãos; denunciavam-se e desmentiam-se rumores, etc. Eram também eles que determinavam e marcavam o tom das discussões do dia; que fazendo circular notícias internacionais introduziam novas ideias sobre temas fraturantes e que expandiam o potencial (positivo ou negativo) de determinado evento ou ocorrência.

Diana Tavares da Silva – *Algumas considerações sobre pátria e patriotismo no triénio liberal português – o caso do Patriota Portuense (1821)*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 13 n.º 2. 2023. 137-163. DOI: [https://doi.org/10.21747/0871164X/hist13\\_2a7](https://doi.org/10.21747/0871164X/hist13_2a7)

A influência dos jornais no vintismo deve ainda perceber-se pela facilidade com que eram adquiridos. Ao invés, por exemplo, de livros de natureza erudita, os jornais revelavam-se mais atrativos em termos monetários, exigiam um tempo de leitura menor e permitiam uma rápida e eficaz circulação de informação que, muitas vezes, era lida e transmitida vocalmente. O jurista Marcelino de Matos afirmaria, a propósito disso, que as folhas e papéis volantes exerciam sobre os espíritos uma ação menos lenta do que os livros e por isso eram mais aptos para tratar das coisas políticas (Pereira, 1998: 96). Quem quer que pretendesse ingerir na vida política nacional, individualmente ou em grupo, devia, com domínio de escrita e escassos meios, conceber e lançar um jornal. As sociedades patrióticas, por exemplo, definiam como objetivo, aquando da sua fundação, a criação de um jornal com que tinham intenção de dirigir “a opinião pública segundo o espírito da Constituição” (Vargues, 1993: 186). Dessa confluência de impressos e folhas periódicas foram-se então formando correntes de opinião política que invadiram o espaço público.

De entre os jornais mais destacados e influentes do triénio liberal consta o *Patriota Portuense*, publicado de 1 de janeiro a 31 dezembro de 1821 na cidade do Porto. Trata-se de um diário de intervenção política liberal, editado por Azevedo Soares e impresso na Oficina da Viúva Alvarez Ribeiro e Filhos (Sousa & Lima, 2021: 49). Tinha por finalidade “satisfazer os deveres que à Pátria” todos devem (*Patriota Portuense*, n.º 1, 1 de janeiro de 1821), ou seja, demonstrar as vantagens de um governo constitucional e os danos inerentes ao despotismo. Para isso, cada número daria conta não só dos documentos divulgados pelas Cortes (sessões, decretos, etc.), como noticiaria o que ia acontecendo de relevante a nível nacional e internacional, como publicaria, ainda, artigos de opinião e a correspondência dos leitores divulgando assim os desejos e necessidades dos cidadãos nomeadamente sobre a gestão da cidade e do país.

Os artigos do *Patriota Portuense* tinham, como aliás era característico de todos os jornais deste período, uma forte componente doutrinária e propagandística. Alinhados com o liberalismo ou de feição contrarrevolucionária, todos definiam o seu programa de atividades com a intenção clara de influenciar num ou noutro sentido a opinião pública, transformada nesta altura numa tribuna (Ozouf, 1987: 424). Para os liberais, a tarefa revelava-se ainda mais essencial na medida em que de instruir, entusiasmar e fidelizar o povo ao novo regime dependia o seu triunfo. Assim se expressava o redator do *Astro da*

Diana Tavares da Silva – *Algumas considerações sobre pátria e patriotismo no triênio liberal português – o caso do Patriota Portuense (1821)*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 13 n.º 2. 2023. 137-163. DOI: [https://doi.org/10.21747/0871164X/hist13\\_2a7](https://doi.org/10.21747/0871164X/hist13_2a7)

*Lusitânia* ao afirmar que sendo o sistema liberal “um estado fora do ordinário precisa de certos estímulos para a sua duração” (*Astro da Lusitânia*, n.º 272, 20 de outubro de 1821). Isso explica por exemplo porque é que o número de periódicos de feição liberal foi em muito superior aos absolutistas.

As reflexões acerca da pátria e do patriotismo, temas caríssimos ao partido liberal, dominaram grande parte dos números do *Patriota Portuense*. A cidade do Porto, berço da Revolução, era aí referida como eminentemente patriótica e os portuenses considerados exemplo do mais alto patriotismo. Este, por sua vez, veiculava aí ainda sentimentos antigos de abnegação e sacrifício (que, na verdade, nunca perdera), mas agora em nome da liberdade, da salvação e da independência (*Patriota Portuense*, n.º 77, 30 de março de 1821). A certa altura diz-se, até, que nada havia de mais sagrado para os homens livres do que a pátria e, por isso, morrer por ela constituía uma obrigação dos cidadãos honrados (*Patriota Portuense*, n.º 96, 24 de abril de 1821).

A questão da “salvação” em correlação com as ideias de “libertação” e “independência” da pátria são centrais em todo o discurso do periódico portuense, a par de um outro que salienta e reitera as causas e os infortúnios do despotismo. Uma e outra estão obviamente interligadas. De facto, a narrativa liberal predominante pretendia cultivar uma ideia fundamental que legitimava o seu acesso ao poder – a da necessidade de resgatar a pátria da ignorância e do atraso a que o absolutismo a tinha votado. O amor da pátria teria justificado, portanto, um assalto ao poder, a substituição do regime e uma nova ordem política em que os cidadãos invocavam o seu direito ao governo e à cidadania (Ramos, 2004: 555-556). Sob esta perspetiva, o patriotismo não refletia apenas o interesse do país em detrimento do bem-estar individual, mas o dever de a pátria proteger os seus cidadãos da arbitrariedade. Esta devia permitir-lhes o livre exercício das suas faculdades, assegurar-lhes a segurança dos seus bens e pessoas e estimular a prosperidade de cada um porque se acreditava ser esse o caminho para a prosperidade coletiva.

Também neste periódico se invoca a ideia de que com a instauração do sistema constitucional se deu, aos portugueses, uma pátria e de que é da competência do governo fazer-lhes conhecer que a têm (*Patriota Portuense*, n.º 4, 4 de janeiro de 1821) identificando o interesse particular com o comum. Esta ideia é várias vezes recuperada no periódico portuense que sublinha a mútua confiança que o verdadeiro patriotismo deve gerar, isto é, que tanto os homens devem cuidar do bem da pátria como esta deve cuidar

Diana Tavares da Silva – *Algumas considerações sobre pátria e patriotismo no triênio liberal português – o caso do Patriota Portuense (1821)*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 13 n.º 2. 2023. 137-163. DOI: [https://doi.org/10.21747/0871164X/hist13\\_2a7](https://doi.org/10.21747/0871164X/hist13_2a7)

dos direitos dos seus cidadãos. Considerava-se ainda que devia recompensar aqueles que se colocavam ao seu serviço para que não fosse taxada de injusta ou ingrata (*Patriota Portuense*, n.º 275, 20 de novembro de 1821). Trata-se, como vimos, do patriotismo que tem por base o pacto ou contrato social de Rousseau. É, ainda, reforçada a realidade oposta, ou seja, num país onde grassasse o despotismo, onde as paixões dos monarcas prevaleciam sobre a justiça ou em que se privava os cidadãos dos seus direitos, não haveria nem sociedade, nem pátria (*Patriota Portuense*, n.º 123, 25 de maio de 1821) e os vínculos desse pacto romper-se-iam. Esta ideia, que anda sempre a par da de liberdade, é crucial para a imprensa liberal e naturalmente para o *Patriota Portuense*. Porque não se trata só de os liberais terem multiplicado o uso destes vocábulos, mas da carga afetiva que procuravam imprimir-lhes através de comparações exacerbadas ou da atribuição de simbologias poetizantes (Verdelho, 1981: 58).

Segundo os liberais, deviam ser as leis a cimentar os sentimentos de amor e lealdade para com a pátria e não esperar que estes brotassem espontaneamente no coração dos cidadãos. O patriotismo era uma virtude política que conjugando a felicidade de um com a de todos instigaria a ordem e o respeito pelas suas leis e instituições. Aqueles que tinham preparado e levado a cabo a Revolução de 24 de agosto, “dia de glória imarcescível” (*Patriota Portuense*, n.º 26, supl., janeiro de 1821), bem como o conjunto de homens reunidos em Assembleia Nacional para preparar a Constituição eram os representantes máximos desse patriotismo revolucionário e, portanto, destinatários de epítetos como “beneméritos da pátria”. Na imprensa (e também no *Patriota Portuense*) sugeria-se que se erguessem monumentos em sua honra que serviriam de exemplo de heroicidade às gerações seguintes. Pretendia-se fazer sobreviver à narrativa histórica, o culto desses homens e criar mitos que estabelecessem uma relação de afeição com o novo sistema político (Araújo, 2022: 251). Estes epítetos, atribuídos pelos liberais aos deputados, nomeadamente o de “Pais da Pátria”, seriam entendidos pela facção reacionária como grotescos (Verdelho, 1981: 69).

Reafirmava-se, por outro lado, a ligação do patriotismo com os direitos do homem e rejeitava-se as acusações feitas pelos reacionários que, para o desmerecer, o combinavam e identificavam com anarquia e rebelião (*Patriota Portuense*, n.º 60, 10 de março de 1821). Além disso, enaltecia-se o patriotismo dos vintistas face àquele que havia dominado o espírito dos portugueses entre 1807-1811. Achavam-no superior porque

Diana Tavares da Silva – *Algumas considerações sobre pátria e patriotismo no triênio liberal português – o caso do Patriota Portuense (1821)*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 13 n.º 2. 2023. 137-163. DOI: [https://doi.org/10.21747/0871164X/hist13\\_2a7](https://doi.org/10.21747/0871164X/hist13_2a7)

enquanto a revolta contra a ocupação francesa exigia essencialmente ânimo e firmeza, a reforma que no presente procuravam fazer no país exigia “força que dê impulso e autorize virtudes que exemplifiquem, ciência para bem deliberar e prudência para que bem execute” (*Patriota Portuense*, n.º 107, 7 de maio de 1821). Não esqueçamos que no triênio liberal a linguagem está ao serviço dos acontecimentos políticos. Apropriar-se dos conceitos e manietá-los a favor das suas lutas era uma forma de afirmação e legitimação da própria causa. Os periódicos são o palco principal dos embates concetuais que lavram no espaço público e onde se define e fortalecem novos pressupostos semânticos. Num dos números do periódico dá-se destaque à controvérsia que a utilização do vocábulo pátria por várias fações induzia. A questão passava por identificar quem era o verdadeiro patriota e, por conseguinte, quem tinha legitimidade para pronunciar-se sobre ela. Para os liberais, patriota era aquele que reconhecendo os “males da pátria” a procurava libertar deles, daí que não consentissem que a palavra (tida como sagrada) fosse pronunciada pelos que consideravam ter destruído e aniquilado o país (*Patriota Portuense*, n.º 262, 5 de novembro de 1821).

Todavia, não obstante a natureza ideológica da disputa, em causa estava, acima de tudo, as desvantagens óbvias de ver o país dividido. Minado desde o primeiro momento pelo descontentamento de muitos (principalmente dos grupos a que foram cerceados privilégios) e condenado a uma debilidade crónica, o recém-instalado regime precisava de escudar-se em conceitos políticos fundamentais que apelavam a denominadores comuns, tais como pátria e patriotismo. O que sucede é que precisamente por serem conceitos-chave, que estruturam o discurso político, são assimilados por todas as forças ideológicas nas suas maneiras de compreender o a realidade, ou seja, o campo de significados que oferecem será tanto mais vasto quanto as fações que o tentam dominar.

As ideias de pátria e patriotismo que o *Patriota Portuense* produzia estavam obviamente alinhadas com a experiência do liberalismo, como aliás é comunicado logo na abertura do seu primeiro número. Aí, em sucessivas correspondências, os cidadãos assinam sob pseudónimos como “amante da pátria” ou “advogado da pátria” e são frequentemente utilizadas nos seus artigos expressões como “males da pátria”, “cuidados da pátria” ou “prosperidade da pátria”. Quando se trata de descrever eventos festivos de apoio à causa liberal recorre-se a expressões como “patriótico divertimento” ou “embriaguez patriótica”. A própria escolha das palavras patriota ou patriótica para

Diana Tavares da Silva – *Algumas considerações sobre pátria e patriotismo no triénio liberal português – o caso do Patriota Portuense (1821)*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 13 n.º 2. 2023. 137-163. DOI: [https://doi.org/10.21747/0871164X/hist13\\_2a7](https://doi.org/10.21747/0871164X/hist13_2a7)

intitular periódicos e associações é uma tentativa de monopolização dos conceitos. O objetivo era que patriota e liberal quando pronunciados dissessem uma e a mesma coisa.

Contudo, estas significações vão conviver com outras radicalmente diferentes que identificam, por seu turno, a pátria com dois pilares fundamentais – a religião e a monarquia de direito absoluto. Fatores identitários que pela antiguidade da sua correlação estavam muito mais enraizados do que os que os liberais agora propunham – liberdade, Constituição e atividade cívica. Apesar de reconhecerem o catolicismo como a religião oficial do país, os liberais sabiam da sua cumplicidade com o absolutismo e, por isso mesmo, uma das suas primeiras resoluções foi a extinção da Inquisição. A pátria dos liberais é, com efeito, uma pátria secularizada que se pretende livre de qualquer servidão ou tirania. No *Patriota Portuense* afirma-se, em consonância, que “nenhum patriota deve descansar enquanto não vir por terra as duas inquisições, religiosa e civil (Intendência Geral da Polícia), que são os dois polos em que se revolve todo o despotismo” (*Patriota Portuense*, n.º 154, 2 de julho de 1821). O mesmo conflito deflagrou no triénio liberal espanhol. Nestes anos, desenvolveu-se aí um profundo antagonismo entre religião e governo, sendo a primeira entendida como “principal resorte de movilización del absolutismo” (Fernández Sebastián & Francisco Fuentes, 2002: 517) e símbolo do movimento contrarrevolucionário. No que concerne à monarquia, e à figura do rei, os liberais entendem-nos como representantes da pátria e, no caso do monarca como o primeiro dos “pais da pátria”, mas sublinhando que é esta (e não o contrário) a investi-lo de majestade e soberania (Fernández Sebastián, 1994: 55) e perante ela deve, como todos, responder.

Os próprios dicionários da época foram morosos a observar os vários matizes que os vocábulos passaram a incorporar, acentuando a discrepância entre a sua utilização corrente e o reconhecimento formal dos novos significados. O dicionário de António Morais Silva, o mais influente da época, na sua edição de 1789, define pátria tão-somente como “a terra de onde alguém é natural” (Silva, 1789: 170) e não contempla sequer as palavras patriotismo ou patriota. A edição de 1823, depois de pelo menos uma década de intensas disputas semânticas em torno destes conceitos, não sofre nenhuma alteração. Mais curioso ainda é que, muitas vezes, até nos próprios veículos de comunicação usados pelos liberais, sobretudo os jornais, onde as palavras e os acontecimentos evoluem a um ritmo mais intenso, estes conceitos geram equívocos. Num dos números do *Patriota*

Diana Tavares da Silva – *Algumas considerações sobre pátria e patriotismo no triénio liberal português – o caso do Patriota Portuense (1821)*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 13 n.º 2. 2023. 137-163. DOI: [https://doi.org/10.21747/0871164X/hist13\\_2a7](https://doi.org/10.21747/0871164X/hist13_2a7)

*Portuense*, em resposta a um artigo em que se mencionava “Oh Pátria estás livre!”, um leitor dirige-lhe uma carta na qual questionava se o autor se referia a pátria enquanto reino ou se se reportava apenas à porção de terra de onde era natural. A dúvida era de facto pertinente já que noutras ocasiões a cidade do Porto fora aí mencionada com esse mesmo sentido, o de *patria locus* (Patriota Portuense, n.º 207, 1 de setembro de 1821).

Estes mal-entendidos não só não são raros neste período como, segundo Fernando Catroga, acontecem muitas vezes pela mão do mesmo interveniente. Há um conjunto de significados – antigos (Catroga, 2008: 333) – que perseveram apesar das mudanças radicais a que a sociedade assiste e outro conjunto de significados – recentes – que pelo intenso tratamento doutrinário de que são alvo (nomeadamente ao nível da imprensa) se instalam definitivamente no vocabulário político corrente. A divisão entre uns e outros não é, todavia, nem clara, nem coesa. A confusão semântica que se instala no seio dos artigos de jornal é simultaneamente produtora e produto da confusão semântica que se manifesta nos debates das Cortes, nas reuniões das sociedades patrióticas ou nas tertúlias de café. É-o porque os jornais são, neste período, não um veículo de informação, mas o lugar onde decorre a ação, isto é, onde se formam correntes de pensamento e opinião e onde essas correntes depois se confrontam. São jornais de propaganda, pensados e preparados segundo um alinhamento ideológico, com propósitos e programa político bem definidos e com papel central no desenrolar dos acontecimentos. Não escapam à convulsão de ideias e ao caos concetual porque eles próprios os criavam e deles se alimentavam.

## **Conclusão**

Como observou Quentin Skinner, quando em causa está a interpretação e compreensão dos atos discursivos deve-se evitar pensar a linguagem de uma forma isolada e atender-se sobretudo ao contexto em que surge (ou em que é transformada) e a que usos a sujeitam (Skinner, 2005: 145). Por outro lado, mais do que procurar um significado único e original de um punhado de conceitos-chave que nos ofereçam explicações fechadas sobre determinada época, é importante perceber que a linguagem não constitui apenas um reflexo da realidade social que enuncia, mas que tem sobre ela um certo nível de ingerência. Esse reconhecimento permitir-nos-á identificar com maior

Diana Tavares da Silva – *Algumas considerações sobre pátria e patriotismo no triénio liberal português – o caso do Patriota Portuense (1821)*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 13 n° 2. 2023. 137-163. DOI: [https://doi.org/10.21747/0871164X/hist13\\_2a7](https://doi.org/10.21747/0871164X/hist13_2a7)

facilidade a apropriação dos mesmos conceitos por grupos distintos com objetivos distintos e, conseqüentemente, a multiplicidade de significados que cada um pode adquirir. Pode também sensibilizar-nos para a possibilidade de encontrarmos num mesmo grupo, ou até num mesmo indivíduo, a coexistência (contraditória até) de vários significados. Isso verifica-se sobretudo quando o ritmo a que os acontecimentos se sucedem é de tal forma célere, em conjunturas revolucionárias e pós-revolucionárias por exemplo, que o vocabulário deixa de conseguir acompanhá-los, desatualizando-se. Apesar disso, e principalmente pela forte carga ideológica que encerram, continua a ser empregue (ainda que com as devidas alterações de sentido), gerando situações curiosas de conflito que coloca em causa a legitimidade da utilização das próprias palavras por certos agentes.

Foi com base nestes pressupostos que intentamos, neste artigo, abordar os vocábulos pátria e patriotismo, tentando identificar os principais câmbios que sofreram, em particular na segunda metade do século XVIII e nas primeiras décadas do século XIX, e que se revelaram estruturais no discurso político subsequente de vários países europeus. O Iluminismo, a Revolução Francesa e, depois, as revoluções de cunho liberal, obrigaram os homens a redefinir estes conceitos e a integrá-los nas novas narrativas políticas, com todas as dificuldades inerentes a uma tentativa de renovação da linguagem.

Portugal não escapa a este processo e aqui, como em França ou na vizinha Espanha, pátria e patriotismo, conceitos políticos fundamentais, são alvo de uma intensa reformulação semântica com muitos pontos de similitude. Espanha e Portugal, ambos alvos da ofensiva francesa e com pronunciamentos revolucionários de cariz liberal em períodos quase coincidentes, partilham muitas inimizades, ambições e desejos de mudança. Procurando estabelecer um vínculo entre devoção à pátria e princípios e valores constitucionais, bem como justificar o seu direito à cidadania, isto é, de “constitucionalizar o amor da pátria” (Catroga, 2008: 339), os liberais desdobraram-se em considerações sobre os significados que a sua nova “religião política” atribuía a estes termos. No espaço público, eles ganham um alcance expressivo e protagonizam os debates quer dos órgãos de soberania, quer da sociedade em geral. Com as suas muitas ambivalências, comportando sentidos diferentes e, alguns, em contradição, instalam-se no discurso político e tornam-se também símbolo de um novo tempo. Principalmente nos

Diana Tavares da Silva – *Algumas considerações sobre pátria e patriotismo no triénio liberal português – o caso do Patriota Portuense (1821)*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 13 nº 2. 2023. 137-163. DOI: [https://doi.org/10.21747/0871164X/hist13\\_2a7](https://doi.org/10.21747/0871164X/hist13_2a7)

jornais, de que vimos o Patriota Portuense é exemplo, levam uma vida próspera e em constante questionamento.

### Fontes

*Astro da Lusitânia*, Lisboa: na Officina de J.F.M. de Campos, 1821.

*Encyclopédie ou Dictionnaire raisonné des sciences, des arts et des métiers*, Paris, t. 24, 1778.

*Patriota Portuense*, Porto: na Officina da Viúva Alvarez Ribeiro e Filhos, 1821.

SILVA, António Morais - *Diccionario da Lingua Portugueza composto pelo Padre D. Rafael Bluteau, reformado, e acrescentado por Antonio de Moraes Silva*, Lisboa: na Officina de Simão Thaddeo Ferreira, 1789, t. 2.

### Bibliografia

ANDRÉS-GALLEGO, José (2006), “Los Tres Conceptos De Nación En El Mundo Hispano” in *Acción y constitución: De la Ilustración al Liberalismo*, ed. por Cinta CANTARELA, pp.123-146.

ARAÚJO, Ana Cristina (2022), *Resistência Patriótica e Revolução Liberal 1808-1820*, Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra.

BERNARDES, Joana Duarte (2012), “O Moderno do Antigo: A estesia cívica do jovem Almeida Garrett nas Revoluções Liberais ibéricas”, *Carnets*, Première Série - 4 Numéro Spécial, pp. 121-146.

CATROGA, Fernando (2008), “A constitucionalização da virtude cívica (os seus ecos nas Cortes vintistas)” in *Revista de História das Ideias*, vol. 29, pp. 275-345.

CATROGA, Fernando (2008), “Os pais da pátria liberal” in *Revista de História da Sociedade e da Cultura*, vol. 8, pp. 235-280.

CATROGA, Fernando (2008), “Pátria, Nação e Nacionalismo” in TORGAL, Luís Reis *et al* (coord.), *Comunidades imaginadas. Nação e nacionalismo em África*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, pp. 9-39.

CHAUNU, Pierre (1995), *A civilização da Europa das luzes*, Lisboa: Editorial Estampa.

FERNÁNDEZ SEBASTIÁN, Javier (1994), “España, monarquía y nación. Cuatro concepciones de la comunidad política española entre el Antiguo Régimen y la

Diana Tavares da Silva – *Algumas considerações sobre pátria e patriotismo no triénio liberal português – o caso do Patriota Portuense (1821)*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 13 n.º 2. 2023. 137-163. DOI: [https://doi.org/10.21747/0871164X/hist13\\_2a7](https://doi.org/10.21747/0871164X/hist13_2a7)

Revolución liberal” in *Studia Historica-Historia Contemporánea*, vol. XII, pp. 45-74.

FERNANDEZ SEBASTIÁN, Javier; FRANCISCO FUENTES, Juan (2002), “Patria” in Javier Fernandez Sebastián; Juan Francisco Fuentes, (dirs.), *Diccionario político y social del siglo XIX español*, Madrid: Alianza Editorial, pp 512-523.

FERNANDEZ SEBASTIÁN, Javier; FRANCISCO FUENTES, Juan (2004), “A manera de introducción. Historia, lenguaje y política” in *Ayer. Revista de Historia Contemporánea*, n.º 53 (1), pp. 11-26.

FUENTES ARAGONÉS, Juan Francisco (2010), “Las Cortes de Cádiz: Nación, soberanía y territorio” in *Cuadernos de Historia Contemporánea*, vol. 32, pp. 17-35.

GIL PUJOL, Xavier (2004), “Un rey, una fe, muchas naciones: Patria y nación en la España de los siglos XVI–XVII.” in GARCÍA GARCÍA, B. y ÁLVAREZ-OSSORIO ALVARIÑO, A. (coords.), *La Monarquía de las naciones: Patria, nación y naturaleza en la monarquía de España*, Madrid: Fundación Carlos de Amberes, pp. 39-76.

GODECHOT, Jacques (1971), “Nation, Patrie, Nationalisme et Patriotisme en France au XVIIIe siècle” in *Annales historiques de la Révolution française*, vol. 206, pp. 481-501.

KOSELLECK, Reinhart (2004), “Historia de los conceptos y conceptos de historia” in *Ayer. Revista de Historia Contemporánea*, n.º 53 (1), pp.27-45.

MATOS, Sérgio Campos (2002), “História e identidade nacional. A formação de Portugal na historiografia contemporânea” in *Lusotopie*, pp. 123-139.

MATOS, Sérgio Campos (2008), *Consciência histórica e nacionalismo*, Lisboa: Horizonte.

MATOS, Sérgio Campos (2011), “Linguagem do patriotismo em Portugal: da crise do Antigo Regime à I República” in Miriam Halpern Pereira *et. al.* (coord.), *Linguagens e Fronteiras do Poder*, pp. 35-52.

MORIEUX, Renaud (2005), “Patriotismes, révoltes et révolutions dans les Iles britanniques autour de la Revolution française” in, Marc Belissa; Bernard Cottret (dir.), *Cosmopolitismes, Patriotismes. Europe et Amérique 1773-1802*, Rennes: Editions le Perséides, pp. 43-58.

OZOUF, Mona (1987), “L’opinion publique”, in *The French Revolution and the Creation of Modern Political Culture*, Keith Michael Baker (dir.), Vol. 1: *The political culture of the Old Regime*, Oxford: Pergamon Press, pp. 419-434.

Diana Tavares da Silva – *Algumas considerações sobre pátria e patriotismo no triénio liberal português – o caso do Patriota Portuense (1821)*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 13 nº 2. 2023. 137-163. DOI: [https://doi.org/10.21747/0871164X/hist13\\_2a7](https://doi.org/10.21747/0871164X/hist13_2a7)

PEREIRA, Maria da Conceição Meireles (1998), “Jornais, editores e tipografias do Porto (1866-1898)” in *A Indústria Portuense em perspetiva histórica: actas do Colóquio*, Lisboa: CLC-FLUP, pp. 95-116.

RAMOS, Rui (2004), “Para uma história política da cidadania em Portugal” in *Análise Social*, vol. XXXIX (172), pp. 547-569.

RIBEIRO, Maria Manuela Tavares (1991), “Utopismo, internacionalismo, pacifismo” in *Estudos de História Contemporânea Portuguesa*, Lisboa: Livros Horizonte, 1991, pp. 289-301.

ROCHA-TRINDADE, Maria Beatriz (1987), “As micropátrias do interior português” in *Análise Social*, vol. XXIII (98), pp.721-732.

ROURA I AULINAS, Lluís (2008), “Patriotismo y nación en la Guerra de la Independencia: el secuestro del concepto "nación"” in MIRANDA RUBIO, Francisco, *Congreso Internacional “Guerra, sociedad y política (1808-1814)*, vol. 1, p. 603-630.

SKINNER, Quentin (2005), *Visões da Política. Sobre os métodos históricos*, Lisboa: Difel.

SOUSA, Jorge Pedro; LIMA, Helena (2021), *Jornalismo do século XIX: da Monarquia à República*, Lisboa: ICNOVA.

TENGARRINHA, José (1989), *História da Imprensa Periódica Portuguesa*, Lisboa: Caminho.

TENGARRINHA, José (2013), *Nova História da Imprensa Portuguesa: das origens a 1865*, Lisboa: Temas e Debates: Círculo de Leitores.

VARELA TORTAJADA, Javier (1994), “Nación, patria y patriotismo en los orígenes del nacionalismo español” in *Studia historica. Historia contemporânea*, n. °12, pp. 31-43.

VARGUES, Isabel Nobre (1993), *A Aprendizagem da Cidadania: Contributo para a definição da cultura política vintista*, Coimbra: Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra.

VARGUES, Isabel Nobre (1996), “Liberalismo e Independência. Os Exilados Italianos Em Portugal (1820-1850)” in *Revista Portuguesa de História*, t. XXXI, vol. 2, pp. 411-426.

VERDELHO, Telmo (1981), *As palavras e as ideias na Revolução Liberal de 1820*, Coimbra: Instituto Nacional de Investigação Científica.

Diana Tavares da Silva – *Algumas considerações sobre pátria e patriotismo no triénio liberal português – o caso do Patriota Portuense (1821)*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 13 n° 2. 2023. 137-163. DOI: [https://doi.org/10.21747/0871164X/hist13\\_2a7](https://doi.org/10.21747/0871164X/hist13_2a7)

VIGUERIE, Jean de (2021), “Patriotisme et Terreur “ in Germain Sicard (dir.), *Justice et Politique: La terreur dans la Révolution Française*, Toulouse: Presses de l’Université Toulouse, pp. 107-116.